

# COGNITIO JURIS – Vol. 8, No. 22 – Julho de 2018

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

**Cognitio Juris**

Ano VIII – Número 22 – Julho 2018

ISSN 2236-3009



*Imagem: Stonehenge – Amesbury – Reino Unido*

## APRESENTAÇÃO

A Revista Cognitio Juris chega ao seu vigésimo segundo número trazendo um amplo conteúdo jurídico extremamente atualizado.

As edições da Cognitio Juris são caracterizadas pela ampla diversidade de temáticas abordadas no campo do direito, abordando sobre as mais variadas matérias, tais como: Biodireito, Direito Ambiental, Constitucional, Internacional, Consumidor, Filosofia do Direito entre outros; afinal de contas, a intenção da Cognitio Juris é – através dos artigos científicos jurídicos apresentados em cada edição – apresentar um conhecimento jurídico inter e multidisciplinar moderno e pertinente com as transformações mais relevantes da sociedade contemporânea, para fornecer subsídios na resolução dos conflitos que afetam a harmonia social.

A sociedade atual vive em um período de rápida difusão de informações através dos meios de comunicação virtuais. Temos sim muita informação disponível, mas pouco dela pode ser aproveitada e transformada em conhecimento. Precisamos, em verdade, modificar alguns valores e transformar a nossa sociedade em uma “sociedade do conhecimento”.

A maneira de se transformar uma sociedade e melhorar a qualidade de vida de cada cidadão é através da educação, e a melhor maneira para conseguirmos tal transformação é disponibilizar o conhecimento científico a todos, de maneira gratuita. – Esse é o papel da Cognitio Juris, como elemento que visa modificar e melhorar o mundo em que vivemos.

*Nossos votos são de uma profícua leitura.*

Markus Samuel Leite Norat

*Membro-Diretor Geral, Científico e Editorial*

**ATENÇÃO: O acesso e leitura de todos os artigos publicados na Revista Cognitio**

**Juris é, sempre foi e sempre será, inteiramente aberto e gratuito. Entretanto, momentaneamente, o site da Revista Cognitio Juris está passando por várias atualizações e reformas internas, o que pode causar a indisponibilidade temporária das páginas mais antigas. Estamos trabalhando incansavelmente para atualizar e modernizar essas páginas o mais rápido possível. Assim que os trabalhos de manutenção forem finalizados, o acesso e leitura de todas as páginas antigas serão restabelecidos.**

## **ARTIGOS**

### **A APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO**

*Benigno Núñez Novo* - Página **035**

### **A POSSIBILIDADE DO RECEBIMENTO DE HERANÇA LEGÍTIMA EM CASOS DE PLURIPARENTALIDADE**

*André Luiz de Oliveira Brum; Bárbara Martins Lopes Fascina* - Página **045**

### **A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA**

*Benigno Núñez Novo* - Página **086**

### **A TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

*André Rodrigues Pereira da Silva* - Página **094**

### **AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DA PARAÍBA: PROCEDIMENTOS NO ATO DE FISCALIZAÇÃO**

*Wesley Silvano Silva da Silveira; Markus Samuel Leite Norat* - Página **110**

### **EXTRAFISCALIDADE: O ESTADO INDUTOR E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DO AMAZONAS**

*Fábio Tavares Amorim - Página 137*

**HAITIANOS EM RORAIMA E A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO**

*Rodrigo Cardoso Furlan; Marília Talia Gabriel da Silva; Ricardo Matheus Gomes Botelho -  
Página 167*

**INTRODUÇÃO A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: O DIREITO MAIS PRÓXIMO DA REALIDADE**

*João Vitor Ferreira de Faria Negrão - Página 199*

**LEITURA CONSTITUCIONAL DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA**

*Isadora Beatriz Teixeira Carlos - Página 237*

**MEDIAÇÃO FAMILIAR PARA EX-CASAIS COM FILHOS**

*André Luiz de Oliveira Brum; Suelen Leonardo Passos - Página 262*

**O BACHARELISMO E A MAGISTRATURA NO BRASIL IMPERIAL**

*Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho; Eriverton Resende Monte - Página 285*

**O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A LIMITAÇÃO DOS RISCOS ASSUMIDOS PELAS SEGURADORAS NOS SEGUROS DE VIDA**

*Patricia Strauss Riemenschneider; João Augusto da Silveira de Aguiar - Página 309*

**O POSITIVISMO NORMATIVISTA E O DEVER DE MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: ANÁLISE DA LEI N. 13.105/2015 FRENTE AO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO**

*Fábio Tavares Amorim - Página 345*

**O REGIME JURÍDICO DO PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA**

*Bárbara Comberlang de Queiroz Diniz; André Ricardo Fonseca da Silva - Página 368*

**EL COMERCIO ELECTRÓNICO TRANSFRONTERIZO EN CHINA: RETOS Y OPORTUNIDADES PARA LAS EMPRESAS ESPAÑOLAS Y LATINOAMERICAS**

*Bian Linghe* - Página **404**